



Feminismo lésbico: experiência, teoria e ação política¹

Verônica Ferreira

Na perspectiva que adoto, a lesbianidade é assumida como uma experiência social e histórica determinada pelas relações sociais e contra as quais a identidade política se confronta. O feminismo lésbico, por sua vez, remete à construção de uma perspectiva que desafia, renova e aporta à compreensão das relações sociais, da sustentação do patriarcado e de sua permanência e expressão na vida cotidiana, das mulheres lésbicas e não só de nós, mas do conjunto das mulheres.

A identidade, aqui, é pensada não como uma busca pelo reconhecimento – de um outro, que reconhece –, mas como uma forma de entender-se a si, que nomeia uma experiência com o objetivo de questionar as relações sociais que a forjam. Afirma a existência de uma vivência particular que, a partir de sua afirmação política, interpela as relações sociais de sexo que impõe a heterossexualidade compulsória como uma de suas mediações e mecanismos de sustentação e reprodução.

[...] Recuperar o feminismo lésbico nas nossas reflexões teóricas significa, a um só tempo, refletir sobre as desigualdades vividas e enfrentadas de maneira particular pelas mulheres lésbicas, incorporando-as na nossa agenda política, e enriquecer nossas perspectivas críticas pelos fundamentais aportes sobre a heterossexualidade compulsória (RICH, 2010) como uma mediação da reprodução das relações sociais na sua imbricação de sexo, classe e raça (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1978).

Por feminismo lésbico, refiro-me a um conjunto de aportes teóricos e correntes políticas que emergem no âmbito do movimento feminista e nos movimentos autônomos de lésbicas, em várias partes do mundo, que como afirma Cynthia Velasquez², “nomeia uma experiência a partir da qual nos construímos sujeitas do feminismo” ou, nas palavras de Rocío Muñoz³, “nomeia uma vivência particular da desigualdade” mas, também, da resistência, das práticas organizativas, do debate político-estratégico e da construção teórica feminista crítica.

Ao tratar de afirmar a “existência lésbica” como uma questão política no âmbito do próprio movimento, as feministas lésbicas e lésbicas radicais colocam em evidência uma contradição: se é no âmbito do feminismo que se politiza a sexualidade como um campo de poder, de que emerge a possibilidade de expressão da lesbianidade como questão política, isto não livrou diferentes expressões do movimento feminista de, a um só tempo, invisibilizar a questão lésbica e, ainda, reproduzir matrizes heterossexuais nas suas leituras sobre a realidade social e na construção de suas lutas.

Do ponto de vista da prática política cotidiana, as lésbicas feministas têm historicamente insistido sobre a contradição entre a significativa presença de mulheres lésbicas no movimento feminista e o fato de não reivindicarem esta experiência como matéria para construção de sua reflexão teórica e de sua agenda de luta. Como afirma Mesquita (2007),

¹ Para a Campanha Educativa Feminismo Com Quem Tá Chegando, realizada pela Universidade Livre Feminista, selecionamos alguns trechos do texto “Feminismo lésbico: experiência, teoria e ação política”, que integra a coletânea “Teorias em Movimento. Reflexões Feministas na Articulação Feminista Marcosul”, publicado em 2019 pela Articulação Feminista Marcosul e SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia. O texto completo está disponível em: https://soscorpo.org/wp-content/uploads/Teorias_em_movimento_Ed_SOS_Corpo.pdf

² Definições e expressões compartilhadas durante a oficina, da qual resulta a publicação da coletânea “Teorias em Movimento. Reflexões Feministas na Articulação Feminista Marcosul”.

³ Definições e expressões compartilhadas durante a oficina, da qual resulta a publicação da coletânea “Teorias em Movimento. Reflexões Feministas na Articulação Feminista Marcosul”.



Pensar a lesbianidade como expressão da sexualidade humana supõe visualizá-la a partir de um tratamento político. O que, em meu ponto de vista, significa, compreender a sexualidade imersa no contexto das relações sociais e, portanto, sob uma dupla dimensão: privada e pública. Pressupõe compreendê-la construída através da interação entre o indivíduo e as estruturas sociais, portanto, pensar em sexualidades, no plural, como diversidade sexual, rompendo com uma referência social da heterossexualidade como norma (MESQUITA, 2007, s.p.).

No esteio do feminismo lésbico materialista, e na elaboração coletiva com outras lésbicas, compreendo a lesbianidade como a expressão de um desejo – o desejo afetivo-sexual entre mulheres – como uma vivência da sexualidade e do afeto e como uma dissidência, uma vez que esta vivência nos coloca necessariamente em confronto com uma relação social e a heterossexualidade como “regime político” (WITTIG, 2006).

Compreendo a vivência da lesbianidade, nesse sentido, como uma dissidência antissistêmica. Ainda que não seja uma definição política, uma vez que se ancora na dimensão insuprimível do desejo, a vivência da sexualidade entre mulheres nos coloca em confronto, em diferentes níveis da vida, com as normas do sistema patriarcal sobre “o que é ser uma mulher”, que definem socialmente as mulheres como mulheres, que impõe a diferença como expressão da dominação e a naturaliza como forma própria de reprodução do patriarcado.

A experiência lésbica, ainda que não suficientemente refletida e politizada, confronta o patriarcado capitalista e racista que impõe a heterossexualidade como uma obrigatoriedade. Justamente por isso, as feministas são chamadas de “lésbicas” como uma suposta forma de ataque e, ao mesmo tempo, de definição: porque o feminismo também nos coloca em confronto e significa uma ameaça à ordem dos homens sobre nós.

É, nesse sentido, que Wittig (2006) afirma que as lésbicas não são mulheres, porque confrontam a definição “natural” e “naturalista” do que é a categoria mulheres; da mesma maneira, podemos afirmar, que as feministas não são mulheres – mulheres segundo a definição e imposição patriarcal. Uma bela reflexão sobre esta experiência, em primeira pessoa, é trazida por bell hooks, feminista negra heterossexual norte-americana.

Quando entrei na faculdade e me joguei apaixonadamente no movimento feminista, não fui ameaçada quando interrogada sobre meus relacionamentos com homens. Eu não tinha medo de estar em grupos de mulheres. E a ideia de mulheres amando mulheres fazia todo o sentido para mim. Ao meu redor havia mulheres jovens que tinham medo de vir para aqueles grupos de mulheres. Algumas delas temiam que apenas por associação elas pudessem se “tornar” lésbicas. Agora, quase trinta anos depois, vejo que elas estavam corretas ao supor que quanto mais afastamos o pensamento sexista, mais abandonamos o heterossexismo (isto é, a crença de que é “natural” que as mulheres e homens se acasalem entre si invés de uma prática culturalmente aprendida), é mais provável que vejamos as mulheres como parceiras potenciais (hooks, 2002, p. 196).

Uma das primeiras contribuições teóricas do feminismo lésbico é, portanto, a afirmação de que a expressão lésbica não só reivindica uma vivência do desejo interdita, mas evidencia um mecanismo poderoso de sustentação do patriarcado: a heterossexualidade compulsória. Dito de outra forma, as feministas lésbicas criticam a forma patriarcal e naturalista de abordagem da heterossexualidade como



uma expressão da atração “natural” entre homens e mulheres. Com isso, questionam a própria visão naturalizada sobre o que é sexualidade e a própria categorização do sexo.

Afirmam que a heterossexualidade estrutura o sistema patriarcal na medida em que impõe a relação com os homens como uma instituição basilar da ordem social dominante e para a reprodução das relações sociais de exploração, opressão e dominação das mulheres. As consequências teóricas e políticas dessa afirmação levam a uma reestruturação da teoria social feminista e do próprio projeto de emancipação das mulheres.

Portanto, o que se apresenta aparentemente no nível das práticas sexuais, na realidade, revela a totalidade da vida social: a categorização do sexo, a regulação da reprodução e a divisão sexual do trabalho. Evidência disso é que essa imposição da obrigatoriedade de uma relação com o homem se estende a todas as mulheres. Não à toa, no senso comum, a revolta das mulheres, independentemente de sua prática sexual, é apresentada como “problema de falta de homem” e muitas mulheres lésbicas não se liberam dos encargos da divisão sexual do trabalho no interior de suas famílias, como os cuidados, se não passaram pela “liberação” do matrimônio heterossexual e da maternidade.

Estas expressões no cotidiano, evidenciam a associação estrutural entre heterossexualidade e divisão sexual do trabalho no campo das relações sociais, dimensão frequentemente não considerada quando a lesbianidade é tratada apenas no nível das práticas e vivências sexuais. Na vida cotidiana, muitas lésbicas são, aliás, mais fortemente “cobradas” da atribuição do trabalho de cuidados com pais e mães em situação de dependência em suas famílias, uma vez que estão “liberadas” de sua obrigação “natural” com maridos e filhos(as), situação recorrentemente ouvidas nas rodas e grupos de conversa entre mulheres lésbicas depois dos quarenta anos e no contexto de aviltamento das condições de reprodução social no capitalismo neoliberal, especialmente no contexto latino-americano. Esta dimensão constitui um campo pouco investigado nos estudos feministas sobre cuidado, Estado e reprodução e, certamente, merece maior atenção por ser revelador do que, como veremos, constitui a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe e de como a heterossexualidade é um mecanismo de sua reprodução. [...]

Em síntese, os aportes do feminismo lésbico nos desafiam a pensar a heterossexualidade como uma instituição social necessária e central na reprodução do poder dos homens sobre as mulheres, de maneira imbricada com a reprodução do poder econômico, da colonialidade e do racismo. Do conjunto destes aportes, podemos sistematizar que a heterossexualidade compulsória não determina apenas a prática sexual, mas o controle social da sexualidade e da reprodução das mulheres. Sustenta a divisão sexual do trabalho e determina a apropriação do tempo e do trabalho das mulheres no interior das famílias e reproduz-se no quadro de aviltamento e degradação das condições sociais da reprodução, no contexto neoliberal, colocando as lésbicas em condição de minoridade permanente e obrigatoriedade do cuidado só retirada – ou transferida – pelo casamento heterossexual.

A heterossexualidade obrigatória se reproduz por meio de formas próprias de violência contra nós, mulheres lésbicas, para impor a heterossexualidade como norma, a exemplo dos estupros corretivos denunciados de maneira crescente no atual contexto brasileiro, de ascensão das forças conservadoras. Afeta a todas as mulheres, ao impor o imperativo de “ter um homem” como condição de existência social para as mulheres e como o problema daquelas que são socialmente consideradas “fora” da norma social. E se expressa no cotidiano, também, nas práticas de interdição dos direitos civis e desvalor da própria relação afetiva: separação de uma pareja lésbica não tem, muitas vezes, o mesmo reconhecimento seja em termos de direitos materiais, como do luto. Todas essas expressões são atravessadas pela desigualdade de classe e racial, que as particularizam.

Por fim, quero destacar que não compreendo a heterossexualidade obrigatória como uma relação social em si mesma, mas como uma dimensão constituinte do poder patriarcal e como uma mediação sobre a qual se funda a organização social da sexualidade, da reprodução, da divisão sexual do trabalho no



sistema patriarcal. Esta compreensão nos exige um posicionamento antissistêmico e nos coloca, irredutivelmente, em antagonismo com os grupos sociais dominantes – homens, brancos, capitalistas – e com todas as instituições nas quais seu poder se organiza.

Referências Bibliográficas

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. The Combahee River Collective Statement. Boston, 1978. Disponível em https://americanstudies.yale.edu/sites/default/files/files/Keyword%20Coalition_Readings.pdf. Acesso em 20 de maio de 2018.

BROSSARD, Louise. Adrienne Rich et Monique Wittig: un point de départ pour penser l'hétérosexualité et les rapports sociaux de sexe. In CHETCUI, Natacha e MICHARD, Claire. Lesbianisme et Féminisme: Histoires Politiques. Paris: L'Harmattan, 2003.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. In: Cadernos de Crítica Feminista N. 5. Ano VI. Recife: Edições SOS Corpo, dez. 2012.

hooks, bell. Communion: the female search for love. Nova Iorque: Harper Collins Publishers, 2002.

MESQUITA, Marylúcia. Movimento de Mulheres Lésbicas no Brasil: da vivência na invisibilidade à consciência. Foz do Iguaçu: Anais 12o. CBAS, 2007.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Paris, 1980. Trad. Carlos Guilherme do Valle. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres. Notas sobre a 'Economia Política' do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

WITTIG, Monique. El pensamiento heterosexual. Barcelona: Editorial Egales, 2006.